

Relações de rua: o vínculo do educador com a criança e o adolescente em situação de rua, de Kátia Brasil e Sandra Francesca, descreve o percurso histórico da atenção dada à criança e ao adolescente em situação de exclusão no Brasil, bem como as relações que são estabelecidas entre o educador e essas crianças.

Relações de rua

Ana Cristina Nóbrega*

O livro nos traz uma realidade da qual já não é mais possível fugir: a responsabilidade social do educador e da sociedade como um todo para com a criança e adolescente de rua. Hoje, mais do nunca, cada membro da sociedade possui diante de si a importante tarefa de atribuir um significado novo ao que se entende por viver em sociedade, de forma responsável e ética, coerente com os princípios e valores que devem permear nossa vida, tais como justiça, solidariedade, respeito.

As autoras citam, por exemplo, a Lei do Ventre Livre, de 1871, como o marco da discriminação das crianças no país, tendo em vista que tal lei enviou para a rua milhares de crianças, que ao nascer não seriam mais "propriedade" dos senhores feudais.

Mas a responsabilidade por essas crianças mobilizou as pessoas e propiciou a criação, em 1927, do Código de Menores, que resultou na criação da figura do cargo de Juiz de Menores, o qual fez surgirem os primeiros **estabelecimentos oficiais de proteção à infância**: o Abrigo de Menores, a Casa Maternal Melo Matos, a Escola

de Reforma João Luiz Alves, o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes e a Casa das Mãezinhas.

No governo de Getúlio Vargas criou-se o Departamento Nacional da Criança (1940) ligado ao Ministério da Educação e da Saúde. Em 1941, é implantado SAM - Serviço de Assistência ao Menor - subordinado ao Ministério da Justiça. Ainda nos anos de 1940, foram criados alguns organismos com propostas de política social, tais como a LBA e o SENAI, que visavam à formação do jovem voltada para o mercado de trabalho.

O Golpe de 1964 alterou as relações de poder e com isso foi criado um novo órgão: a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-estar do Menor - usando-se a partir daí o termo "menor abandonado" para identificar as crianças e os adolescentes em situação de rua ou institucionalizados.

Devido ao caráter repressivo e assistencialista que a FUNABEM tinha, a exclusão da escola e a necessidade de trabalho só acentuava ainda mais a exclusão social, acarretando a ocupação maciça de milhares de crianças e adolescentes que passaram a ocupar as ruas das grandes cidades, buscando renda e moradia nos anos de 1970, durante a ditadura militar.

Novamente, a sociedade consciente de sua responsabilidade social e sensibilizada com esse grave problema, reagiu, gerando iniciativas importantes em direção à mudança nas modalidades de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. Tais iniciativas desencadearam diversos movimentos: surgia então a Pastoral do Menor; em 1979, a realização do Ano Internacional da Criança fortaleceu a UNICEF no Brasil e a fundação do movimento de Defesa do Menor em São Paulo, que tinha como objetivo denunciar violência e abusos sofridos pelas crianças, especialmente dentro das instituições de assistência social. Em 1980, surgiu um movimento nacional com o intuito de proporcionar à criança e ao adolescente direitos e alternativas de vida mais humana. Em 1985, foi criado o MNMMR - Movimento Nacional de Luta pelos Direitos de Meninos e Meninas de Rua, que junto com outras entidades procurou alterar a legislação vigente.

* Professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, leciona no Centro de Ensino Médio 03 em Taguatinga Sul.

As autoras ressaltam que apesar dos esforços recentes no que se refere ao trabalho junto à criança e o adolescente em situação de rua, o grande aumento do número dessa população tem preocupado pesquisadores, políticos e a sociedade em geral, pois para muitos deles a rua não é só um lugar de passagem, mas um lugar de sobrevivência e de formação de vínculos; é o que ocorre com os "adultos de rua" que vivem da mendicância ou dos lixos da cidade. Já para as crianças das classes menos favorecidas a rua faz parte de seu cotidiano, é o lugar das brincadeiras, dos encontros, é uma extensão de sua casa. Aos poucos, a criança procura alargar esses espaços e recursos para ajudar na sobrevivência familiar, assim, a rua passa a ser também um espaço de trabalho circunstancial. A rua assume várias acepções, mas principalmente caracteriza a condição de estar fora de outros espaços que lhe são de direito como a casa (família) e a escola. A relação da criança com o espaço da rua é utilitária, pois a rua é um espaço para sobrevivência e para a ludicidade, sendo que estes espaços são transitórios. A criança de rua para sentir-se "em casa", mesmo vivendo na rua, cria paredes invisíveis em que um pedaço de papelão indica a ocupação de um espaço privado.

A rua exige ainda da criança, portanto, uma enorme capacidade de adaptação e de organização em grupo. Mas por que as crianças estão na rua? Inúmeros estudos e publicações analisam algumas questões como situação financeira, fragilidade da estrutura familiar, exploração da criança e violência, no entanto, não se pode negligenciar a atração que a rua exerce sobre a criança, simbolizando liberdade e novas experiências.

A terminologia "meninos e meninas de rua", no livro em questão, refere-se as que estão em situação de abandono, afastadas de sua família ou de adultos responsáveis. Essas crianças são vítimas de um sistema de pauperismo que atinge as camadas desassistidas da população latino-americana. Segundo a UNICEF há entre 25 e 40 milhões de crianças de rua somente na América Latina. Isso revela a naturalidade e a indiferença que a miséria humana e o abandono infantil vêm assumindo nas ruas.

As autoras citam que estudos sobre as crianças em situação de rua são recentes e ainda não abrangem

a problemática em toda sua extensão. A análise dessa problemática infantil passa também por um processo de localização, identificação das atividades na rua, das características sociais e familiares, pode-se apontar o fato de quase a totalidade das crianças que estão na rua são de famílias monoparentais ou de famílias em que a mãe vive com outro homem que não é o pai biológico de todos os seus filhos ou não é pai de nenhum de seus filhos. A ausência paterna é fator adicional na dificuldade de subsistência familiar, pois a mãe se torna a principal provedora da família e como recebe salário mais baixo que o do homem, muitas vezes leva a criança a trabalhar para complementar a renda familiar. Esta situação acarreta o afastamento ou abandono da escola, o que contribui ainda mais para agravar sua situação de exclusão social e pessoal.

Kátia Brasil e Sandra Francesca destacam a importância do passo dado pela Igreja Católica na segunda metade da década de 1970, em São Paulo, quando cria a figura do educador social de rua, integrado à Pastoral do Menor. A formação do educador de rua foi um importante aspecto no trabalho do MNMMR, tendo em vista a especificidade da população de crianças e adolescentes em situação de rua e de exclusão social, pois a partir disso, definiu-se a necessidade de uma pedagogia alternativa, que mantinha uma relação entre o político e o pedagógico, baseando-se nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, em que o educando deve participar de seu processo educativo, objetivando por meio da educação de rua contribuir para a formação de uma consciência crítica frente à sua marginalização.

Sendo assim, o educador de rua vai para a rua descobri-la importante destacar que em função da ausência de uma formação específica para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de exclusão social, o MNMMR e outros projetos criaram centros de formação de educadores sociais de rua, cuja pretensão foi dar suporte ao trabalho com essa população, exemplo disso é a intervenção da PUC-SP.

O educador de rua tem um papel fundamental de "capturar" esses meninos, para que eles possam fazer o caminho de saída da rua. Assim é importante ele utilizar sua habilidade no contato, procurando ser referencial

nas relações que meninos e meninas estabelecem na rua, inserindo-se no conflito das relações de rua, para produzir relações pedagógicas, de aprendizado mútuo e de construção de laços de confiança, que sustentam um projeto de inclusão social.

Naturalmente, a saída da rua não é um processo rápido ou previsível e o educador de rua é alguém que pode proporcionar ao menino de rua um despertar da não-resignação e o do não-assistencialismo. Ele vai ao encontro do menino para que o menino possa se encontrar. O educador passa então a estabelecer com o menino de rua um vínculo que é baseado na confiança, ele é um adulto de referência, é a pessoa que o reconhece como sujeito e como cidadão, usando para isso estratégias educativas e afetivas.

O menino de rua precisa sentir que esta relação é um elemento de contenção e apoio. Sair da rua implica recommençar, reinserir-se socialmente.

Cabe ressaltar que o trabalho do educador social de rua é, portanto, permeado por muitas dificuldades, pois a relação com o menino de rua traz a possibilidade de reativar as carências afetivas do próprio educador, assim como a sua miséria psíquica, podendo encontrar uma via de satisfação no tipo de relação que estabelecerá com o menino. Por isso, é preciso estar atento aos mecanismos intrapsíquicos que fazem parte de toda relação humana.

Segundo o relato dos educadores de rua essa "transferência" às vezes preocupa, pois os meninos de rua vão buscar na relação com o educador, o reconhecimento e a afetividade que muitas vezes lhes faltou em outras relações com adultos significativos.

O primeiro impulso do menino de rua com o educador é de pedir coisas dirigindo-lhe demandas excessivas. Pede principalmente dinheiro. Cabe ao educador não responder às demandas excessivas, ao contrário, deve estabelecer um modo de relação que embora fundado na troca comprometa o menino frente a seus desejos.

É óbvio que a relação do educador com o menino de rua nem sempre é agradável e amena, pois há momentos em que ela ganha componentes agressivos e desagradáveis. Sendo assim, o manejo das transferências poderá favorecer ou dificultar a concretização dos objetivos da

intervenção educativa na rua.

O trabalho de rua é pautado no acolhimento da subjetividade dos meninos, facilitado pela afetividade que se constrói por meio de uma escuta que gera confiança e respeito. Face a uma educação transferencial promovida por esse contato, é possível que o educador mobilize o desejo do menino, para que ele possa buscar uma forma de vida diferente da que ele se proporciona hoje.

A Pedagogia de rua sendo uma relação interpessoal subjetiva possui semelhanças com a relação pedagógica e com a relação psicoterápica. Cabe, portanto ao educador dosar essas semelhanças presentes na relação, para que possibilite a essas crianças e adolescentes conhecerem melhor suas limitações e potencialidades. Dessa forma, o educador precisa conhecer a si mesmo, a fim de controlar seus sentimentos contratransferenciais e não ceder a infinitas demandas das crianças e a seus próprios impulsos reparadores, sendo capaz de tolerar os sofrimentos que fazem parte de seu trabalho e de sua função.

As situações extremamente duras de serem vividas precisam ser acolhidas em um espaço particular em que o educador encontre suporte para seus conflitos e angústias, pois estes, ao invadirem o grupo, comprometem o projeto pedagógico. Com esse objetivo acontecem reuniões sob a supervisão de um clínico-psicanalista que faz o papel de "escuta" dos conflitos vividos pelos educadores facilitando, dessa forma, a compreensão dos movimentos transferenciais e contratransferenciais que assumem diferentes configurações no trabalho de rua e dentro do grupo de educadores.

Por fim, cabe ressaltar ainda que o livro nos alerta acerca da importância da prática da responsabilidade social que está inserida definitivamente na nossa realidade, tendo em vista que as carências e desigualdades no Brasil vêm aumentando a cada dia e isso exige das pessoas e das instituições maior compromisso com programas destinadas às comunidades excluídas ou discriminadas.